

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 10 de junho de 2024 - Ata n.º 50.

Aos dez dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Tercílio Turini** (na função de 1.^º Secretário) e **Maria Victória** (2.^ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **50.^a Sessão Ordinária da 2.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^a 2.^a SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 49.^a Sessão Ordinária, de 4 de junho de 2024.) É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Tercilio, como 1.^º Secretário, se há Expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Tercilio Turini – MDB): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício s/n** do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei (autuado sob o n.º 366/2024) que dispõe sobre os valores dos vencimentos

básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo, da remuneração dos cargos em comissão e das gratificações no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; **Ofício n.º 310/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística, a requerimento do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 114/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, a requerimento do Deputado Goura; **Ofícios n.os 173, 306, 307, 308, 365, 417, 427, 466, 535 e 617 /2024** da Casa Civil, encaminhando respostas da Sanepar, da Secretaria de Estado da Educação, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística e da Secretaria de Estado da Segurança Pública a requerimentos do Deputado Cobra Repórter; **Ofícios n.os 170/2024 e 366/2024** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimentos do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 176/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística, a requerimento da Deputada Marli Paulino; **Ofício n.º 178/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística, a requerimento do Deputado Matheus Vermelho; **Ofício n.º 228/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta da Copel Distribuição, a requerimento do Deputado Tercilio Turini; **Ofício n.º 302/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado das Cidades, a requerimento da Deputada Cantora Mara Lima; **Ofício n.º 312/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística, a requerimento do Deputado Fabio Oliveira; **Ofícios n.os 316/2024 e 465/2024** da Casa Civil, encaminhando respostas da Sanepar e da Secretaria de Estado da Educação, a requerimentos do Deputado Arilson Chiorato; **Ofícios n.os 363/2024 e 368/2024** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família e da Secretaria de Estado da Educação, a requerimentos da Deputada Ana Júlia Ribeiro; **Ofícios n.os 364/2024 e 474/2024** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital, a requerimentos do Deputado Batatinha; **Ofício n.º 387/2024** do Gabinete

do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei Complementar n.^º 6/2024, que foi convertido na Lei Complementar n.^º 269; **Ofício n.^º 392/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 139/2024, que foi convertido na Lei n.^º 21.994; **Ofício n.^º 393/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 43/2024, que foi convertido na Lei n.^º 21.993; **Ofício n.^º 394/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 982/2023, que foi convertido na Lei n.^º 22.005; **Ofício n.^º 395/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 769/2023, que foi convertido na Lei n.^º 22.002; **Ofício n.^º 397/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 925/2023, que foi convertido na Lei n.^º 22.001; **Ofício n.^º 398/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 231/2022, que foi convertido na Lei n.^º 22.997; **Ofício n.^º 399/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 475/2022, que foi convertido na Lei n.^º 22.998; **Ofício n.^º 400/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 861/2023, que foi convertido na Lei n.^º 22.004; **Ofício n.^º 401/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 345/2024, que foi convertido na Lei n.^º 22.006; **Ofício n.^º 402/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 477/2022, que foi convertido na Lei n.^º 21.999; **Ofício n.^º 403/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 752/2023, que foi convertido na Lei n.^º 22.000; **Ofício n.^º 405/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 156/2024, que foi convertido na Lei n.^º 21.996; **Ofício n.^º 406/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 84/2024, que foi convertido na Lei n.^º 21.995; **Ofício n.^º 463/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda, a requerimento do Deputado Gugu Bueno; **Ofício n.^º 429/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação, a requerimento do Deputado Douglas Fabrício; **Ofício n.^º 469/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde, a requerimento da Deputada Luciana Rafagnin; **Ofício n.^º 532/2024** da Casa Civil,

encaminhando resposta da Sanepar, a requerimento do Deputado Do Carmo; **Ofício n.º 536/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a requerimento do Deputado Anibelli Neto; **Ofício n.º 789/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde, a requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 813/2024** do Ministério Público do Estado do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 365/2024**) que dispõe sobre a recomposição de vencimentos dos servidores, ativos e inativos, do quadro de pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências; **Ofício n.º 987/2024** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 360/2024**) que altera a Lei Estadual n.º 14277, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná; **Ofício n.º 1132/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação, a requerimento do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 1067/2024** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 362/2024**) que altera a Lei n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias; **Ofício n.º 1068/2024** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 363/2024**) que altera os arts. 36 e 46 da Lei n.º 16.024, de 19 de dezembro de 2008, que estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná; **Ofício n.º 1069/2024** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 364/2024**) que reajusta as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Mensagem: (**Encaminhada à Diretoria Legislativa para providências.**)
Mensagem n.º **40/2024** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 367/2024**), altera a Lei n.º 17.425, de 18 de junho de 2012, que cria o Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Vice-Prefeito de Carambeí, Sr. Jeverson, acompanhado dos Sr.^s Matias e Silas, por solicitação da Deputada Mabel Canto. Sejam bem-vindos. Por proposição dos Deputados Maria Victoria, Márcia Huçulak e Adriano José, o Grande Expediente desta tarde será destinado para ouvirmos a Sr.^a Debora Cristina Oro Froehner, Médica e Diretora Técnica da Clínica Nutrocare, que falará sobre lipedema e seu impacto na saúde integral feminina. Anunciamos e agradecemos a presença do corpo médico da clínica e demais convidados. Concedo a palavra, inicialmente, para a devida saudação às convidadas, à Deputada Márcia Huçulak.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente, nossa 2.^a Secretária Deputada Maria Victoria e, no lugar do nosso 1.^º Secretário da Mesa, Deputado Tercilio Turini. Eu, junto com a Deputada Maria Victoria, a Deputada Mara Lima e o Deputado Tercilio somos proponentes de um Projeto de Lei que vamos apreciar nesta Casa, Sr.^s Deputados e Deputadas, logo após este Grande Expediente, que trata da implementação do “Junho Roxo” em nosso Estado. Essa iniciativa tem o objetivo de chamar atenção e conscientizar as pessoas sobre o Lipedema, um problema que atinge principalmente as mulheres, especialmente na idade reprodutiva. A forma mais visível da doença, que é uma doença vascular crônica, e que será na sequência explanada pela Dr.^a Debora, é um aumento desproporcional da gordura corporal, especialmente nas pernas e algumas vezes nos braços, gerando desconforto em muitas regiões, além de alterar a estética corporal. Estima-se que no Brasil tenhamos cerca de 12,5% de mulheres que sofram com esse problema. Estamos falando, portanto, no Paraná de mais de 725 mil mulheres, e no Brasil mais de 13 milhões de mulheres. Apesar desses números, o Lipedema ainda é pouco diagnosticado, muita gente acredita que se trata de obesidade e não busca atendimento adequado para esse problema de saúde. Não há cura, não é, Dr.^a Debora, existe cuidado. E acho que a Dr.^a Debora vai falar bastante disso. E eu ressalto o trabalho, então, do nosso Legislativo tornando esse Projeto de Lei, o “Junho Roxo”, que é um esforço para que possamos mudar esse quadro de desconhecimento sobre esse problema de

saúde, contribuindo para que se faça o diagnóstico correto, e, portanto, o acompanhamento adequado, melhorando a qualidade de vida das pessoas. E que a partir de hoje o mês de junho ajude a transformar o conhecimento que temos sobre a doença em ações concretas e distribuídas ao longo do ano – não podemos falar disso apenas em um mês –, para apoiar as pessoas que têm Lipedema para que tenham uma qualidade de vida melhor. Então, dar boas-vindas as nossas especialistas que estão aqui neste dia e que vamos ouvir um pouco falar sobre esse tema. Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima Deputada a usar da palavra, Deputada Cantora Mara Lima.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Boa tarde, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, população paranaense que nos acompanha pelas mídias sociais. Que honra poder receber aqui no Plenário a médica Debora Cristina Oro Froehner, que é especialista em Lipedema. O Lipedema é uma doença invisível que afeta pelo menos uma a cada dez brasileiras. São milhões de mulheres que sofrem com esse problema no mundo inteiro, e esta Deputada que vos fala é uma delas. Por isso, apresentei um Projeto de Lei na Assembleia para instituir a campanha “*Junho Roxo*”, juntamente com as minhas colegas Maria Victoria, Márcia Huçulak e, também, o Dr. Turini. Estou empenhada na conscientização sobre a doença e a importância do diagnóstico precoce para aliviar o sofrimento de tantas mulheres que também são acometidas por essa condição. A doença é conhecida há mais de 80 anos, mas era vista como uma questão estética, foi padronizada na classificação internacional de doenças apenas em 2022. O Paraná é o primeiro Estado a legislar sobre esse tema, Dr.^a Debora. Isso nos dá realmente um acalanto de saber que estamos no caminho certo, Maria Victoria, Deputado Traiano, demais Deputados, Márcia, em saber que estamos legislando de verdade em busca de uma solução para ajudar essas mulheres. Entre os sintomas estão o desconforto, o cansaço, e eu posso falar isso, hematomas freqüentes, inchaço, dor nas pernas, causando também desconforto estético. Casos mais graves podem dificultar até a caminhar e até atrofiar os músculos. É uma doença que pode agravar, não é brincadeira, e muita gente, alguns médicos até confundem

com obesidade e problema estético. A conscientização e a prevenção são muito importantes. Eu quero dizer que quando somos muito novinhas – e agora eu vou descontrair aqui –, todo mundo comenta: “*Olha a cinturinha de pilão, bem fininha, do quadril largo! Olha só, ela tem a perninha grossa, que coisinha linda!*” Com os anos vamos percebendo, depois dos 20 anos, Dr.^a Debora, que a perninha grossa, a cinturinha fina, muitas vezes não é só na genética de neta de italiano, mas que, sim, há dois anos eu fui diagnosticada com Lipedema. Trago tudo sob controle porque sou uma mulher que tem condição de me cuidar. Mas por que a lei? Porque tem muitas mulheres que não têm condição financeira para se cuidarem, para correrem atrás de uma medicação e de alguém que possa cuidar delas. E por essas mulheres que nós, então, trazemos esta lei ao Estado do Paraná. Muito obrigada, Dr.^a Debora. Muito obrigada, Deputadas e Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próxima Parlamentar a falar, Deputada Maria Victoria, nossa 2.^a Secretária.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Boa tarde a todos. Presidente Ademar Traiano, Tercilio Turini, nosso Deputado da saúde, neste ato como 1.^º Secretário, também proponente deste texto de lei. Boa tarde à população que nos assiste pela televisão e pelas redes sociais. É uma alegria enorme para esta Casa receber, hoje, a médica especialista Dr.^a Debora Crisitina, para falar sobre uma doença silenciosa que atinge milhares de mulheres paranaenses e brasileiras, o Lipedema. Em seu nome, cumprimento todas as mulheres experts desse assunto que estão aqui hoje acompanhando esta palestra, seguida de homenagem, que com muita honra faremos a você logo mais. Por iniciativa, em conjunto com os Deputados Mara Lima, Márcia Huçulak e Tercilio Turini, a Assembleia se tornou o primeiro Poder Legislativo do Brasil a debater este tema. Já aprovamos em primeira votação, e hoje faremos a segunda análise do Projeto de Lei n.^º 266/24, que cria aqui no Estado do Paraná o “Junho Roxo”, mês de conscientização e prevenção do Lipedema. O texto recebeu valiosas contribuições da Dr.^a Debora e demais experts que contribuíram com a legislação, e os estudos apontam que o Lipedema, como já foi dito aqui, afeta cerca de 12% das mulheres brasileiras. E mesmo sendo conhecida há mais de 80 anos, somente em 2022, algo muito novo,

essa doença foi padronizada na classificação internacional de doenças, o CID, deixando de ser vista apenas como uma questão estética. E o objetivo principal deste Projeto de Lei é conscientizar a sociedade paranaense e disseminar a boa informação. Mundialmente, o mês de junho é dedicado à conscientização da doença e a cor roxa foi escolhida por representar as manchas que, infelizmente, por muitas vezes aparecem nas pacientes. A inclusão do “Junho Roxo” no Calendário Oficial de Eventos do Paraná busca promover a criação de políticas públicas, incentivar pesquisas, estimular o desenvolvimento de protocolos unificados de diagnóstico e de tratamento, além de capacitar profissionais de saúde para lidar com essa condição de forma multidisciplinar. Peço o apoio neste ato dos nobres Deputados e Deputadas para que possamos avançar nessa iniciativa, que visa o bem-estar das mulheres e das famílias paranaenses. Para finalizar, quero demonstrar aqui a minha gratidão aos autores desse projeto. A Deputada Mara Lima, proponente, que já vem debatendo esse tema há algum tempo, que tem Lipedema, é muito sutil obviamente, mas é uma das mulheres paranaenses que sofrem com essa questão. O Deputado Tercilio Turini, que é o Deputado da saúde; e a Deputada Márcia Huçulak, que eu a procurei de forma imediata porque é ela que conhece os trâmites da saúde, cuidou da nossa Capital, de Curitiba, na pandemia, é a Deputada da saúde, e foi ela que nos deu o caminho, que não era um requerimento para o Ministério da Saúde, e era, sim, através da Conitec, que nós precisávamos incluir o CID, para que as mulheres que hoje não têm condições de fazer um tratamento ou uma cirurgia de forma particular, porque sem esse CID não se pode fazer nem pelo plano de saúde e nem pelo SUS. E estamos unidas hoje e unidos nesta causa em prol de todos, de todas as mulheres e homens, inclusive, que sofrem com isto, cumprindo o nosso papel e a nossa missão aqui, que é de legislar e fazer política para as pessoas que mais precisam. Então, nesse sentido, peço desde o já o apoio de todos os nobres Parlamentares para aprovarmos no dia de hoje, em 2.^a Discussão, este Projeto tão importante para o Estado do Paraná. Muito obrigada e boa palestra, Dr.^a Débora.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com muita honra, concedo a palavra à Dr.^a Débora Cristina, que é médica e Diretora Técnica da Clínica NutroCare. Por favor.

SR.^a DEBORA CRISTINA ORO FROEHNER: Boa tarde a todos. Muito obrigada. Começo o meu momento de fala agradecendo o convite feito pela Deputada Maria Victoria e pelos seus assessores, para estar aqui hoje e falar sobre este tema que é tão importante neste mês, que é o nosso mês de conscientização sobre esta doença que acomete tanto as mulheres não só no Paraná, mas no Brasil e no mundo. Agradeço também às Deputadas Mara Lima e Márcia Huçulak, e ao Deputado Dr. Tercilio Turini, porque apoiaram e receberam muito bem toda esta ideia de criarmos este movimento em prol destas mulheres. E foi uma feliz coincidência saber que a Deputada Mara Lima já estava empenhada neste movimento. O Lipedema não é uma doença nova, não é moda das mídias, não é doença do *Instagram*, tampouco é uma doença estética e não se trata de pernas grossas, como muitas pessoas falam. Ele foi, como já foi falado, descrito pela primeira vez em 1940, mas só foi oficializado como doença em 2022, porque até então se acreditava que Lipedema era consequência de outras doenças, mas os estudos avançaram e vimos que o Lipedema é uma doença por si só, que pode acontecer em pacientes que não tenha obesidade, que pode acontecer em pacientes que não têm distúrbio vascular, ele pode acontecer somente ele. Trata-se de uma doença inflamatória do tecido conjuntivo adiposo, onde, por inúmeros fatores, esse tecido fica mais inflamado e se geram aí vários distúrbios. Na paciente com Lipedema vemos visualmente um aumento de gordura, aquela irregularidade da pele que muitas pessoas chamam de celulite, mas muito mais do que isso, essa paciente tem muita dor, muitos sintomas, aumento do volume da região acometida, que não são só pernas, podemos ter braço, abdômen, várias regiões acometidas ao mesmo tempo. Essa paciente por ter alteração articular, alteração de mobilidade, de marcha, o que tem impacto nas articulações, mas, mais do que isso, já sabemos hoje em dia que o Lipedema não acomete só o tecido gorduroso, ele aumenta o risco de inúmeras outras doenças – temos um maior risco, maior chance de doença cardiovascular, síndrome metabólica,

diabetes, hipertensão, doenças com dependência do estrogênio, como ovário policístico, endometriose e câncer de mama, temos maior incidência de depressão e ansiedade, TDH, que é tão falado hoje em dia, temos maior chances de ter doenças autoimunes, como Doença de Hashimoto, doença celíaca. Então o impacto de uma paciente com Lipedema para o sistema de saúde tanto privado quanto público é imenso, principalmente porque essa paciente normalmente não é diagnosticada. Existem estudos que apontam que a mulher tem em média mais de 20 anos de doença antes de ter o diagnóstico, então vocês imaginam o impacto que isso traz. E essa é uma mulher que quando tem recursos procura inúmeros profissionais, vai de profissional a profissional e muitas vezes a falta de diagnóstico faz com que ela se sinta culpada e muitos profissionais da saúde também culpam essa mulher por não ter resultado: *A sua dieta não está adequada. Você é sedentária. Você não fez o que você deveria.* Só que a mulher com Lipedema, principalmente de membros inferiores, não responde à dieta muito bem, não responde só à atividade física, ela precisa de muito mais. Não há culpa no Lipedema, o que há é uma inflamação e uma série de eventos que levam a essa alteração de gordura, além do caráter genético que essa doença tem. A minha primeira paciente que atendi com Lipedema foi em janeiro de 2014 e tenho a felicidade de atender essa paciente até hoje, há 10 anos faço o acompanhamento dela, e ela me marcou muito porque foi a paciente que atendi no meu consultório que mais sentia vergonha no exame físico, nunca vi algo tão impressionante quanto ela. Ela se sentia frustrada, culpada de já ter feito vários tratamentos e nenhum ter melhorado e ela tinha muita vergonha do próprio corpo. Nos últimos 10 anos, tenho atendido cada vez mais mulheres que têm busca não só da redução dos sintomas físicos, mas elas querem..., os sintomas psicológicos são muito importantes – o resgate da autoestima e também da liberdade, porque muitas vezes o Lipedema traz tanta vergonha que a mulher não tem liberdade com o próprio corpo, ela se esconde. Lipedema é uma doença metabólica que afeta a mente muito antes de acertar a saúde física. Lipedema não é sobre pernas grossas, Lipedema é sobre a mulher que as carrega. Trouxe aqui para vocês uma apresentação que é muito breve, para que vocês... Quem não está acostumado

com esta doença, a parte visual acredito que ajuda muito a entender. O impacto na saúde feminina do Lipedema, como já falei, foi descrito há mais de 80 anos, já foi falado aqui inúmeras vezes, ele normalmente acomete mulheres, é muito raro em homens, mas não é impossível, temos normalmente piora desse Lipedema em picos hormonais, então na menarca, na gestação e no climatério, e os dados que usamos hoje não são dados corretos. Acredito muito que esta iniciativa aqui no Paraná seja o primeiro passo para que possamos ter dados corretos. Se esta doença, até um ano e meio, não era diagnosticada, estes dados são subvalorizados, são subdimensionados, e mesmo assim já está no mundo em 12%, vocês imaginem quando conseguirmos realmente ter dados efetivos sobre ela. Então, o Lipedema muitas vezes é confundido com obesidade e muitas vezes como Linfedema, sendo que isso pode acontecer na mesma pessoa, a paciente pode ter obesidade, Lipedema e Linfedema, por isso é tão complexo. O diagnóstico incorreto pode atrasar a identificação e, como eu disse, muitas mulheres têm mais de 20 anos de doença antes do seu diagnóstico. Os pacientes frequentemente se sentem culpados com esta condição, porque não têm melhora no tratamento clínico habitual. E normalmente temos tudo isso: nódulos de fibrose, dor, aumento, hematomas, alterações articulares e falta de resultados nos tratamentos convencionais. Trouxe imagens aqui de pacientes com Lipedema para que tenhamos noção. Este Estágio 3, que é o último, aqui à direita, é o que normalmente se pensa em uma paciente com Lipedema, que já é o grau mais avançado da doença, onde se tem comprometimento inclusive vascular. Mas o que mais vemos nos consultórios são os graus 1 e 2, que são extremamente frustrantes para a mulher e extremamente sintomáticos, os sintomas não têm tanta relação com o grau da doença, você pode ter paciente com grau 1 e grau 2, que são os graus mais leves da doença, mas extremamente sintomáticas. Então, como já falei, as comorbidades são inúmeras: hipertensão, diabetes, todos os transtornos psicológico, endometriose, ovário policístico e câncer. Então, se não olharmos para essa paciente com Lipedema, estamos perdendo a oportunidade de prevenir inúmeras doenças. Uma paciente que é diagnosticada precocemente, evita-se que ela evolua para um grau mais grave da doença, e vamos evitar

inúmeros problemas não só psicológicos, mas, também, orgânicos. Então, o tratamento do Lipedema é um tratamento multiprofissional e com vários pilares; não é só alimentação, não existe um medicamento único, não existe cura, o tratamento cirúrgico normalmente se faz para graus mais avançados da doença, a paciente fica com consequências, normalmente com flacidez, algo muito difícil de se tratar. Então vocês imaginem uma pessoa que tem uma doença com um impacto psicológico, inclusive, tão importante, sabendo que não tem cura. Então o que temos que fazer é conscientizar, educar, prevenir a progressão da doença para graus mais graves, que são os mais difíceis de tratamento. Trouxe aqui para vocês. Eu apoio uma ONG que se chama *Movimento Lipedema* e as meninas fizeram um vídeo para vocês assistirem, é um vídeo curtinho. Já atendi todas essas pacientes, inclusive a primeira, a Tamires, que já pesou 220 kg, perdeu mais de 70 kg, já foi operada duas vezes e está em seu processo de tratamento. Se pudermos passar o vídeo, é um vídeo bem curtinho!

(Apresentação de Vídeo.)

SR.^A DEBORA CRISTINA ORO FROEHNER: É isso, gente. Agradeço novamente a participação, por estar aqui hoje. Este mês é um mês importante. Lipedema é uma doença crônica, sem cura, temos que falar sobre ela e acompanhar essa paciente todos os dias. Eu agradeço também a receptividade, novamente, que recebi aqui nesta Casa, a partir do momento que manifestei a minha intenção junto à Deputada Maria Victoria de seguir com esse projeto de assistência à mulher com Lipedema, que ele se inicia com essa oficialização do Mês de Conscientização do Lipedema. O Paraná realmente é um Estado único, onde o pioneirismo vai ter um impacto importantíssimo na saúde dessas mulheres. Eu acredito muito que vamos seguir por novos horizontes, com novos projetos, não é, Cecília, que está ali atrás me apoiando, me ajudando, para que possamos de fato trazer melhora na qualidade de vida para essas mulheres. Eu agradeço novamente a todos os Deputados que estão envolvidos neste projeto, e estejam certos que este passo representa dignidade para as mulheres com Lipedema. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou suspender a Sessão por alguns instantes, para que possamos fazer registros fotográficos.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Está reaberta a Sessão. Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente. Vamos ao horário de Lideranças, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento a população que está acompanhando a Sessão, a população que está distante, a população que está presente aqui também na Assembleia. Venho à Assembleia, no dia de hoje, para mais uma vez cobrar do Governo do Estado, do Chefe do Poder Executivo, do Governador Ratinho Júnior, o envio para esta Casa do Projeto de Lei para repor a inflação no salário dos servidores do Poder Executivo. Os demais Poderes, na semana passada, já protocolaram aqui na Casa os Projetos de Lei para recuperar os salários dos servidores, repondo a inflação dos anos de 2023 e de 2024, totalizando o percentual de 8,03%. Isso é devido aos servidores. Está fazendo de acordo com a Lei e a Constituição os outros Poderes, que mandaram para esta Casa os Projetos para recuperar os salários, para repor a inflação, para manter o poder de compra dos servidores dos outros Poderes, tais como os do Poder Judiciário. Então, o Poder Executivo é aquele que recolhe os impostos, é aquele que partilha esses impostos com os outros Poderes e que detém a maior parte dos impostos arrecadados do nosso povo paranaense, e tem o dever de prestar serviços públicos na área da saúde, da segurança, de educação, de assistência social, na área da agricultura, dando apoio aos nossos agricultores, no cuidado com o meio ambiente. E aí nós temos servidores que trabalham no Estado levando as políticas públicas à população, e esses servidores e servidoras precisam que os seus salários tenham a recomposição, no mínimo da inflação, para manter o poder de compra, e é exatamente sobre isso que estamos falando. Os outros Poderes já fizeram chegar, na semana passada, os Projetos para repor a inflação no salário dos

demais Poderes. Por que o Governo do Estado não envia? Isso está errado, está descumprindo com a legislação. Por isso que o Secretário da Fazenda, Ortigara, que esteve aqui há poucos dias, disse que já tem uma ação em Corte Superior que o Estado perdeu e que precisa pagar os servidores do Poder Executivo, inflação de outros períodos, porque Governos do passado – que não foi o Governador Roberto Requião, que governou três vezes o Estado do Paraná, foram outros Governadores –, deixaram de pagar a inflação, os servidores açãoaram na Justiça e estão ganhando. Certamente, o Estado vai ter que pagar. Vai pagar tardiamente, aí vai pagar com juro, com correção, com mora, fica muito mais caro. Então, não pode ser irresponsável. O Estado tem dinheiro, tem margem financeira, tem margem fiscal, legal, para pagar a inflação aos servidores do Estado do Paraná. Então, fica aqui, mais uma vez, a nossa solicitação de que o Governo cumpra com o seu dever, cumpra com a Constituição, cumpra com a Lei. Também, Sr.s Deputados, Deputadas, todos e todas que nos acompanham, não concordamos e repudiamos os ataques proferidos pelo Governo do Estado aos nossos professores e professoras, aos funcionários e funcionárias de escolas, que, em uma atitude de defesa da escola pública, de defesa do interesse público, se mobilizaram, inclusive em greve geral por tempo indeterminado. E a greve aconteceu porque o Governo se recusou, depois de vários ofícios protocolados tanto na Casa Civil quanto na Secretaria de Educação, de sentar e debater com a APP-Sindicato, que representa os professores e funcionários, para debater a pauta que motivou a greve. E a motivação maior foi o Projeto de Lei n.º 345 que já foi transformado em lei, que é a Lei n.º 22.006/2024, aquela que permite você privatizar a gestão da escola, entregando escolas que a população do Paraná, com seus impostos, construiu, equipou, estão lá os alunos matriculados, entregar essas escolas para especulação financeira, para que empresários possam ficar com parte do dinheiro que é da educação. Isso vai reduzir, evidentemente, o investimento à educação, quando o dinheiro da educação deveria ser integralmente aplicado a favor da educação. E não ser entregue uma parte, um percentual para um síndico, porque nunca precisou de síndico na escola para receber dinheiro da

educação – um empreiteiro, uma empreiteira –, isso nunca foi necessário. Então o que o Governo fez? Fez um vídeo e desrespeitou a lei mandando para os pais. Isso é um absurdo. Evidentemente que nós Deputados da Oposição vamos acionar judicialmente o Governo por esse ataque à democracia e esse ataque ao direito, que é de preservar o endereço, o telefone dos pais, dos estudantes, que a Secretaria tem essa relação em sua mão. O Governo alegou na imprensa que usou a inteligência da polícia para monitorar os professores e os funcionários de escolas, porque estavam em mobilização. Isso também é algo que repudiamos. Outra coisa: o Governador solicitou, através da Procuradoria-Geral do Estado, a prisão da Professora Walkiria, Presidente da APP. Isso acontecia em períodos de ditadura, quando, por exemplo, o Presidente Lula presidiu o Sindicato dos Metalúrgicos, lá em São Paulo, e a ditadura o prendeu, porque disse que ele descumpriu uma determinação da ditadura que não podia fazer greve e os metalúrgicos, sob a presidência dele, fizeram greve por salário. Outra coisa que repudiamos – e isso precisa ser derrubado –, que é o sigilo imposto aos documentos e contratos celebrados pela Secretaria de Educação, sigilo de cinco anos. O que é que o Governo, a Secretaria de Educação quer esconder do povo do Paraná? Então, isto é um absurdo, não concordamos. Portanto, vamos solicitar, evidentemente, que esse sigilo seja levantado, que a população do Paraná possa acompanhar e saber tudo o que se passa, que a transparência não seja uma palavra vã, que ela seja de fato uma palavra que tem que ser valorizada e implementada na sua íntegra. Por isso, discordamos e votamos contra a lei que permite entregar dinheiro público da educação para iniciativa privada, sem que ela tenha que prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por exemplo. Então, fica aqui, mais uma vez, o nosso repúdio... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): ... entendendo que essa lei não é de interesse público e vai permitir, sim, desvios do dinheiro da educação. E, mais uma vez, solicitar ao Governo que receba o Sindicato que representa a categoria,

para o devido debate, para negociação necessária, para que a educação possa ter paz e possa avançar no Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do PL, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas, Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham aqui na *TV Assembleia* e demais mídias. Bom, ouvi aqui, brevemente, o Deputado Lemos falar a respeito do que está acontecendo após uma invasão nesta Casa, uma invasão antidemocrática, uma invasão criminosa como sempre, uma invasão que descumpriu uma ordem judicial, que isso é muito grave. Então, se é para falar contra a democracia, o emblema principal chama-se APP-Sindicato. Não respeita a democracia, não respeita nem o Judiciário, não respeita esta Casa de Leis. E o pior, o Deputado do PT, Renato Freitas, agitando o povo aqui dentro. Transformou o Plenário em um circo, sentou na cadeira do Presidente, fez corinho para que xingassem o Presidente da Casa. Orientou os baderneiros que aqui invadiram dizendo: *A Casa tem um rito. Você viu que o Presidente aqui abriu a Sessão e aí suspendeu. Então, amanhã, se vocês ficarem aqui dentro, não vai dar para abrir. Não vamos deixar abrir, para não ter Sessão.* Deputado Hussein Bakri, o que ele fez foi um ato criminoso. O que o Deputado Renato Freitas fez aqui foi quebra de decoro descarada nesta Casa. Um Parlamentar agitando os invasores para que não tivesse Sessão Plenária. Ele queria o quê? Não permitir, Deputado Gilberto, que nós Parlamentares pudéssemos trabalhar. Se isso não é quebra de decoro, se esta Casa desta vez não tomar uma atitude séria contra este Parlamentar, acabou a moral de todo mundo aqui dentro. Está lá, protocolei o pedido dele para encaminhá-lo à Comissão de Ética, de cassação do mandato dele. Espero que os colegas Parlamentares assinem junto e que tomemos uma medida correta nesta Casa, Deputado Batatinha, porque não pode mais acontecer isso aqui. Ou vão moralizar esta Casa ou acabou o Parlamento, porque não é a primeira, nem a segunda. Acho que é a quinta ou sexta vez que esse cidadão faz o que quer aqui dentro. Então, isso é inaceitável. Temos que dar um corretivo sério, para que sirva de exemplo. No caso da APP-Sindicato, parabéns à Promotora que pediu a prisão

imediata dela. Deveria estar na cadeia, sim, porque não cumpre ordem judicial. Escuto tanto a Esquerda falar em democracia, em gente que é contra o Estado Democrático de Direito, só que eles não respeitam nada. Não respeitam o Judiciário, não respeitam a Constituição Federal, não respeitam nada. É uma vergonha! Mentiram e continuam mentindo a respeito do Projeto *Parceiro da Escola*. Mentindo, falando que o Ratinho Júnior falou que o primeiro passo é esse, o segundo passo vai ficar particular. Uma vergonha! Eles não têm escrúpulos, porque o chefe deles, o ladrão do Lula segue a mesma cartilha. Ou ninguém está vendo que o Brasil está quebrado? Não enxergaram ainda que o PT, em dois anos, quebrou o Brasil. Abriu um rombo na dívida interna de mais de um trilhão e não vai parar de gastar. A farra com o dinheiro público, a farra com as viagens, com jatinho da FAB, as estatais todas com prejuízo bilionário. Agora ele falou que não pode colocar em segredo. Ora, eles querem pôr em segredo o balanço dos Correios. De novo! Tudo no Governo Lula está em segredo de 100 anos, tudo, porque só tem falcatura, é roubo atrás de roubo e fica escondendo. Esconde, esconde, mas o dinheiro não nasce em pé, não dá em uma árvore, então não tem mais grana. Agora esse sujeito, esse Presidente decrépito do Lula cortou 5,8 bilhões do Orçamento. Vai tirar da *Farmácia Popular*, vai tirar da educação, vai tirar da segurança, das Forças Armadas, de benefício social, do Bolsa Família, sim. Esse é o pai dos pobres. Uma ova! É um sujeito que não tem um pingo de vergonha na cara e, diante de toda a tragédia no Brasil, ele vai agora, no dia dos namorados, viajar com a Janja. Com o nosso dinheiro, com o meu, com o seu dinheiro. E não é viagem barata, é viagem de alto luxo. E vocês, Deputados do PT, deveriam falar: “*Lula, tenha vergonha na cara*”. Mas, não, vocês aceitam toda essa vergonha e se fazem aí que nada está acontecendo. Cortando verba importante para a *Farmácia Popular*, para a saúde, para a área social e aqui ninguém fala nada. Eles querem falar do Ratinho Júnior, um Governo que está dando certo, um Paraná que está dando certo. Ora, vou te dizer, cansa, cansa ver tanta coisa errada, principalmente no Governo Federal. Vocês acompanharam o leilão da compra de arroz. Que barbaridade, não é, gente? Um milhão de toneladas. É isso? Deixa conferir aqui, para não falar besteira. Está anotado aqui. A vergonha é

assim: não está faltando arroz no Brasil. A Região Sul, que é a maior produtora, já fez a colheita do arroz. Ao invés de comprar o arroz para ajudar a região em um momento difícil que nossos irmãos gaúchos estão, não, ele vai deixar o arroz aqui apodrecer e está comprando na China. Pior, são compras milionárias. Quem ganhou a concorrência? Vamos lá. Uma empresa Zafira Trading, uma microempresa, capital social de R\$ 100 mil. Ela vai repassar para o Governo 73 mil e 800 toneladas, Deputada Cloara. O valor: 369 milhões. Como que uma microempresa vai fazer isso? É normal realmente esse leilão? A outra empresa vai comprar 80 mil toneladas, uma empresa que se chama Wisley Alves de Souza Ltda, conhecida como Queijo Minas, situada em Macapá, no Amapá. Microempresa com capital de R\$ 80 mil: R\$ 730 milhões estão vendendo em arroz para o Governo! Será que ninguém? Oh, Ministério Público Federal, vocês estão dormindo? Alexandre de Moraes, o senhor está dormindo, ou sua preocupação é só prender inocente? O senhor tem que parar de rasgar a Constituição e ter vergonha na cara, que ninguém suporta mais isso aqui. O Brasil sendo corroído por corrupção e o Xandão, o valentão da caneta, prende inocente, entra em processo que não é direito dele entrar. É o Brasil de hoje. A outra empresa aqui, a Ice Fruit, uma indústria de comércio de alimentos instalada no Estado de São Paulo, empresa que tem no contrato social fabricação de conserva de frutas e fabricação de sorvete, também está no leilão: 19 mil toneladas, R\$ 98 milhões. Essa é a maneira de o Governo Lula agir: tudo com trapaça, tudo, nada transparente, tudo uma vergonha. É o Governo da corrupção, da lambança, do gasto do dinheiro público, da falta de respeito com o cidadão, da falta de respeito com o mais pobre, que hoje está passando realmente fome e vai diminuir mais ainda o Bolsa Família. Só tenho uma palavra para dizer: lamento muito o que está acontecendo. Lamento muito o silêncio da Esquerda porque, independentemente de partido político, a pessoa tem que ter brio e falar: *O cara está errado. É um safado mesmo.* Ou alguém tem alguma dúvida de que o Lula é safado? Não, ninguém tem dúvida. Quando o Alckmin falou: *Vai voltar à cena do crime!* Voltou, voltou com um apetite maior ainda e colocou os 40 ministérios, a quadrilha toda

roubando o Brasil descaradamente. E aqui a Esquerda preocupada em mentir a respeito de um Projeto... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arruda, para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): A esquerda preocupada em mentir em relação a um bom projeto da educação, que já deu certo em vários países importantes do mundo. Então, este é o Brasil de hoje, o Brasil da vergonha. Fiquei durante quatro anos batendo aqui, rebateando as mentiras da Esquerda e dizendo a desgraça que seria a volta do PT, do Lula ladrão como Presidente. Está aí! Em dois anos, o Brasil já está do jeito que está. E se alguém acha que vai melhorar, esqueça, vai piorar dia a dia o nosso Brasil. Só vai melhorar a hora que varrermos esse lixo do nosso País. Você vê que a Europa toda está varrendo o lixo todo, ninguém mais quer a Esquerda, ninguém. O Macron levou uma coça na França e a Europa toda está levando. A Direita volta com tudo, porque o pessoal viu que a Esquerda é uma mentira, é só corrupção e safadeza. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Nelson Justus.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados. Pouco tenho usado esta tribuna, Sr. Presidente, mas confesso que tenho ouvido a tudo e a todos com muito respeito. E não poderia deixar de falar, depois de uma semana tão conturbada como a que nós passamos aqui. Busco sempre e não me agrada qualquer tipo de exagero, sempre disse que exagerou perdeu a razão. O País vive hoje com uma Direita incompetente, uma Esquerda burra e que às vezes e muitas vezes mente. Isso nos causa realmente situações difíceis, como esse Projeto que aprovamos e foi sancionado pelo Governador Ratinho Júnior da parceria na escola. Ora, o Paraná é o Estado que detém o primeiro lugar em educação em todo País. Isso quem diz não é o Deputado Nelson Justus, nem o Governador Ratinho Júnior, eu ouvi da boca do Ministro Santana, o Ministro da Educação, em palácio. Isso quem falou foi o Ministro, não fui eu nem o Ratinho. Ora, se o Paraná detém o primeiro lugar da educação, diz alguém: *Mas por que*

então vamos sofrer qualquer tipo de alteração nessa altura? É porque nunca vai estar boa nossa educação como nós queremos, temos que procurar melhorar mesmo. Ou passa na cabeça de alguém que um Governador com um futuro promissor, como do Governador Ratinho Júnior, pensaria em algum momento: “*Bom, se estamos em primeiro lugar quero ir para segundo, porque primeiro não adianta nada*”. O Real Madrid ganhou tudo agora e continua contratando, Denian, não é? Então, não é por aí. Podemos melhorar? Podemos. E também não se inventou nada, procurou-se fazer aquilo que outros países fazem e, ao contrário do que disseram alguns, com muito sucesso. Ora, na Inglaterra, sim, esse projeto deu muito certo. Lá não existem escolas privadas, todas são públicas. As crianças, logo no primeiro ano, vão para as escolas públicas, que são patrocinadas ou por patrocinadores ou por cooperativas, e o resultado é fantástico. As crianças vão todas, Deputado Denian, de paletó azul-marinho, calça cinza, camisa branca e gravata bordô, e ainda falam inglês. Então, é importante que digamos que lá continua dando certo. Ora, se podemos fazer alguma coisa aqui e entendemos perfeitamente: “*Ah, não, ideologicamente sou contra o projeto*”. Tenho que respeitar, como respeitamos todas as religiões, todos os credos. Temos que respeitar as ideologias, perfeitamente. Agora, quando o corporativismo se sobrepõe à ideologia aí somos contra. Ideologia é uma coisa, corporativismo é outra. Corporativismo é o sindicato não querer perder o espaço que ele detém. Aí é ruim. Entram as pessoas que exageram, criam-se situações difíceis. Alguns companheiros nossos aqui, talvez com menos experiência um pouco: *Meu Deus, na minha cidade saiu que sou traidor da educação. Está em tudo o que é poste, nos jornais.* Mentira! Você não está traindo ninguém, está votando de acordo com a sua consciência, seja a favor ou contra o projeto. Temos, sim, que respeitar. Ora, temos que respeitar as ideologias. Respeitamos! O corporativismo é mais difícil. Corporativismo é outra coisa: *Essa “boca” não quero perder.* Na Inglaterra realmente começou com 15% só, passou para 50, e hoje está com 75%, e o projeto avança de uma maneira fantástica. Tive a pachorra de conversar com um professor, que foi colega de minha nora, que lá morou. Falei com ele pelo telefone um bom tempo. Ele foi de uma gentileza incrível, de uma delicadeza, e se colocou

à disposição para qualquer eventualidade. Então, quero dizer que não podemos aqui, de maneira nenhuma, e não posso deixar nesta oportunidade de cumprimentar a Mesa Executiva. A Mesa Executiva agiu com presteza, firme, não permitiu que houvesse nenhum exagero por parte, principalmente, daquelas pessoas que têm o dever de defender o nosso patrimônio. Já estive sentado naquela cadeira ali, por várias vezes, e sei e já passei por momentos como esse. Sei o que aconteceria se algum dos nossos funcionários reagisse sob forte emoção, agredisse a quem quer que fosse que estivesse invadindo ou não. Não é bom. Nessa hora é preciso calma, é preciso paciência, experiência, tenacidade. Vossa Excelência, Deputado Traiano, a teve de sobra, juntamente com os seus Pares da Mesa, o Secretário Alexandre e a nossa 2.^a Secretária Maria Victoria, que esteve sempre presente. Rendo a vocês três as minhas homenagens porque passamos e já passamos por esse momento, já se virou a página. Pronto! Vida que segue. A história vai se encarregar de mostrar, Deputada Ana Júlia, se estamos certos ou estamos errados, se exageramos ou não. Será que não vai dar certo? Lá deu certo, aqui pode ser que não dê, mas não pecamos por omissão. Pode ter certeza absoluta que um Governador que tem o prestígio que tem o nosso hoje não colocaria em risco o seu CPF, o seu nome, o seu futuro, por um mero capricho: “Ah, vamos fazer como está lá na Inglaterra”. Não, o fez porque é realmente um paranaense com “P” maiúsculo e que tem a coragem de inovar e de mostrar que juntos, todos, vamos errar o menos possível. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Nelson, em nome da Mesa Executiva, agradecemos-lhe pela manifestação. Vossa excelência é um Parlamentar experiente, juntamente com a nossa pessoa, somos os dois mais antigos desta Casa. Realmente, a sua fala é a expressão da verdade. Naquele episódio, preocupamo-nos com a segurança de todos, sem afronta. Mas o que nos deixa indignados – e isso lamento – é que a APP, primeiro, movimenta-se, expõe todos os Deputados no Paraná inteiro postando fotos, como se fossem marginais, ajuda a invadir o prédio da Assembleia e depois vem, através de um ofício, pedir para ressarcir prejuízo. Não precisava fazer isso. Não

comandasse a invasão, aí não teríamos prejuízo. É uma coisa que nos deixa indignados. Então, faço esta fala aqui na proteção dos Deputados e Deputadas, sempre respeitando as posições de quem é contrário, mas a exposição que fazem em todo o Estado, nos jornais, mídias, como se fôssemos inimigos do Paraná. Não aceitamos isso. Como Presidente desta Casa, tenho o dever de fazer a defesa de todos os Deputados e Deputadas. Portanto, demonstro aqui a nossa indignação por esse tipo de comportamento. Com a palavra, Deputado Requião. Deputada Ana Júlia, pela Liderança da Oposição.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Boa tarde, Deputados. Boa tarde, Deputadas e todos que acompanham esta Sessão. Quero aqui, hoje, conversar com os senhores por vários argumentos que aqui trouxeram. Prestei muita atenção na fala do Deputado Nelson Justus. Permite-me, Deputado, divergir do senhor dentro daquilo que é o exercício da atividade parlamentar e que o senhor tão bem sabe e, enfim, trouxe aqui as suas reflexões. Acredito que são reflexões relevantes e interessantes para que de fato possamos discutir tudo isso. Passamos nessa última semana por um momento delicado na política paranaense. Um momento de divergências sobre projetos de educação, e um momento onde passamos pelo debate político, e acredito que a política e o exercício da política se dá pela participação da população, isso é democracia. Então, é necessário que tenhamos esse princípio, esse fundamento em relação a analisar os atos que aconteceram. Mas quero aqui trazer sobre o debate do projeto *Parceiro da Escola*, porque ainda movimenta esta Casa, ainda movimenta a política paranaense, e porque ainda há muitas dúvidas em relação a isso. E a primeira coisa que eu trago é um argumento que escutei de muitos Deputados e Deputadas: é um projeto democrático, vai ser consultado na comunidade escolar. Mas se é um projeto democrático por que não foi devidamente debatido nesta Casa? O Governo tem ampla maioria, poderia debater, poderia passar na Comissão de Finanças, poderia ter Audiência Pública, que se os senhores ainda quisessem aprovar, aprovado seria. Mas por que não foi debatido se ele é tão democrático? Se ele é tão democrático por que a Secretaria de Educação colocou sob sigilo o contrato dele um dia depois de ser aprovado? Se ele é tão democrático por que precisa ser colocado até mesmo pedido de

informação sob sigilo pela Secretaria de Educação? Se ele é tão democrático por que o ParanáEducação expôs os dados dos estudantes para que Seed pudesse mandar vídeo intimidando a comunidade escolar? Se ele é tão democrático por que a Secretaria de Educação não teve a coragem de assinar o vídeo que ela distribuiu para os pais e alunos? Se ele é tão democrático por que os professores foram exonerados? Por que os diretores estão sendo exonerados e perseguidos por ter expressado a sua opinião? Veja, ou ele é democrático e consegue respeitar aquele que o diverge, e depois de aprovado lidar com o que foi aprovado, ou ele é extremamente autoritário que quando tem a divergência elimina aquela pessoa. Por que os diretores foram exonerados? Por exercer o seu direito legal, o seu direito constitucional, o direito de greve, o direito de divergência, o direito de opinião política. Por que esses professores e diretores estão sendo perseguidos se esse projeto é tão democrático? Por que os documentos da Secretaria de Educação e do ParanáEducação estão sendo colocados sob sigilo se está tudo certo? Por que o contrato precisa estar sob sigilo se está tudo certo? Agora, veja, estamos com um projeto, com um contrato, com uma parceria aí público-privada, que não passa por licitação, que não é aberta ao público, que é um contrato que a Secretaria de Educação escolhe quem quer, e que ainda acima de tudo isso é colocado sob sigilo. Qual é a transparência? Qual que é a democracia em torno disso? E daí, Deputado Nelson Justus, você trouxe uma reflexão que acredito que é fundamental. Uma coisa é o posicionamento ideológico, e eu concordo com o senhor, mas você trouxe aqui que os professores e o sindicato, e a APP-Sindicato, fez isso por corporativismo. E eu quero, respeitosamente, divergir do senhor, porque essa é uma pauta que eu levanto muito na educação, que eu acredito que precisamos ter as pautas para além do corporativismo, que precisamos debater concepção, projeto, o que é melhor para a vida das pessoas, que o corporativismo muitas vezes é importante, mas se tem um limite para conseguir alcançar excelência através dele. E aqui quero dizer o que acho que é mais bonito nesse movimento que aconteceu e que a APP-Sindicato liderou: não era um movimento pelo corporativismo, era um movimento pela concepção de educação, pelo projeto de educação. E um projeto que não é necessariamente o que eu defendo ou que

os outros Deputados defendem, mas é um projeto pactuado pelo Estado Brasileiro, é o projeto que está na Constituição, é o projeto que está na legislação pátria, é o projeto que nós elegemos enquanto sociedade, que é da educação pública gratuita. Até aí eu concordo que o projeto prevê, mas é da educação dever do Estado, e que a administração, a gestão dos recursos também são de competência e de dever do Estado. E sabe por que não é corporativismo quando os professores estavam defendendo? E não é só porque os professores serão contratados por CLT ou coisa semelhante, é porque existe um motivo de concepção da educação para a Constituição prever que a contratação de professores será por concurso público. E sabe por quê? Não é apenas pela estabilidade, não é apenas pela carreira, é fundamentalmente para garantir a autonomia dos professores e das professoras, é para garantir a liberdade de cátedra, é para garantir o ensino e o aprendizado de forma eficiente e de forma autônoma. E a maior prova que temos disso é o que aconteceu agora. Veja, o Governo do Estado passou a exonerar e punir diretores e diretoras, professores e professoras que ousaram divergir deste Governo. Onde está a democracia quando não se há espaço para divergir? Se isso aconteceu com esses professores sendo concursados, imaginem o que vai acontecer com os professores que serão contratados pelas empresas? Será que eles poderão divergir? Será que eles poderão questionar algum método? Será que eles poderão questionar sobre algum plano, meta ou projeto de aula? Será? Se com estabilidade, se com liberdade de cátedra, eles foram punidos, foram perseguidos e foram exonerados; o que irá acontecer quando eles forem meros CLTs, quando eles tiverem sujeitos não mais ao Governo do Estado do Paraná, não mais ao serviço público, e sim sujeitos a um empresário, que nós não saberemos o nome, nós não saberemos de onde vem, não saberemos qual é o comprometimento e nem qual é a responsabilidade com a educação do Estado do Paraná. Então, Deputados e Deputadas, estou debatendo aqui com os senhores o que aconteceu. A Secretaria de Educação e o ParanaEducação colocou sob sigilo. A Secretaria de Educação e o Secretário de Educação perseguiu os professores, perseguiu deliberadamente, perseguiu os professores que participaram da greve, perseguiu eventualmente

alguém que estava cedido para esta Casa para algum gabinete de Oposição, perseguiu porque ousaram divergir. E se isso acontece com o modelo de Estado que temos agora, imaginem quando for terceirizada a gestão. E não é apenas gestão, é também as questões pedagógicas. Então, não foi o corporativismo que movimentou a pauta, não foi o corporativismo que mobilizou os estudantes e professores, foi o projeto de educação que está na Constituição brasileira, a educação verdadeiramente pública e de capacidade do agente público. E se vocês têm alguma dúvida disso, é simples, façamos o teste. Acha que a gestão privada vai ser melhor? Faz o teste, mas um teste de fato com as mesmas bases de comparação. Dê para as escolas públicas o mesmo valor e o mesmo recurso que as empresas privadas vão receber, dê o mesmo valor para a direção de escola, dê o mesmo valor para a diretora que está lá na escola e vê se ela não vai conseguir fazer melhoria da infraestrutura, e vê se ela não vai conseguir consertar o cano, trocar a lâmpada, pintar a quadra, pintar a sala de aula. Eu aposto com os senhores e com as senhoras que a direção da escola é competente para cuidar da infraestrutura se ela tiver recurso para tal, se o Estado... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Ana Júlia, um minuto para concluir.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): ... Se o Estado der essa confiança para ela, e ela fará mais do que essa empresa, porque essa direção de escola conhece a sua comunidade escolar, porque essa direção de escola foi eleita, e porque essa direção de escola não está visando o lucro, inclusive não terá lucro, o lucro será revertido para as escolas. Então, reflitam sobre esse projeto, e reflitam por que depois que vocês aprovaram ele a Secretaria de Educação e a ParanáEducação colocaram os dados sob sigilo e vazaram os dados dos estudantes, vazaram os dados dos pais, para mandar mensagens ameaçadoras para os pais e estudantes. Obrigada pela atenção de todos.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, queria pedir pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Presidente, apenas para pedir um esclarecimento por parte de V.Ex.^a e, também, da Mesa Executiva. Conversei com o Deputado Alexandre, que foi bastante solícito e atencioso, mas fomos pegos de surpresa com o anúncio de que a Assembleia doou, devolveu R\$ 100 milhões ao Governo do Estado e, junto com outros R\$ 300 milhões do orçamento do Executivo, foram anunciadas creches, centenas de creches, 300 creches, se não me engano. Falo isto, Sr. Presidente, tanto quanto Parlamentar do PDT, que brinquei que é uma bancada de um homem só, mas também como integrante da bancada da Oposição, porque, falando com meus companheiros e companheiras, nenhum de nós, Deputado Hussein, foi sequer informado disso. Creio que é um recurso da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, não é um recurso próprio do Estado, entendemos que existe, sim, a questão da base e a questão da oposição, estamos na oposição e sabemos como o que jogo funciona, porém, se é um recurso da Assembleia, Presidente, creio que deveríamos também participar ativamente deste processo, sermos respeitados e considerados, porque somos uma bancada de oito, de 54 Parlamentares. Então, faço aqui respeitosamente este questionamento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Goura, procede, sim, que a Assembleia transferiu para o Tesouro do Estado R\$ 100 milhões. Agora, o critério para a indicação das devidas creches é de responsabilidade da Secretaria da Família, não foram os Sr.^s Deputados que indicaram as creches. Inclusive já há um determinado valor, que é dinheiro do FIA, se não me falha a memória, que já vinha inclusive destinado, esses valores já vieram destinados para determinados municípios do Paraná. Então apenas fizemos, por entender que há a necessidade realmente de termos creches no Estado, transferimos ao Governo, por uma solicitação, mas não é nada indicação pessoal de cada Deputado, é critério técnico que a Secretaria da Família entendeu fazer as indicações a 250 municípios do Paraná. São 300 creches para 250 municípios. A Deputada Mara Victoria me pede a palavra.

SR.^A 2.^a SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Pela ordem, Senhor Presidente. Só para esclarecer aqui, Deputado Goura, que hoje tive a deferência

do Presidente Traiano e do 1º Secretário Alexandre Curi, por ser mulher e mãe, e por termos aqui a maior Bancada Feminina da história da Assembleia, foi-me concedido o uso da palavra para representar a Assembleia Legislativa em um evento, junto ao Governador, no Palácio Iguaçu, e falei em nome dos 54 Deputados desta Casa que o recurso foi destinado pela Assembleia Legislativa, pelos 54 Deputados desta Casa. Então, está gravado o vídeo, só para colocar aqui que o reconhecimento da Casa é para todos os Deputados, inclusive os Deputados da Oposição.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Hussein, por favor.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, pessoal, é o seguinte, esta questão do disparo, que foi disparado contra a greve, não vim para mentir para ninguém aqui, vocês me conhecem! De fato está sendo apurado, está sendo aberta uma sindicância para a Secretaria descobrir. O fato ocorreu e a Secretaria vai trazer as respostas necessárias. Era mais fácil para mim desmentir, mas não é meu feitio, tenho respeito por todos vocês. Mas falando em disparo em massa, e nós da Base não recebemos disparo em massa? De manhã, de tarde, de madrugada, invadiram a minha privacidade! Teve uma mulher que mandou às 3 horas da manhã! Por Deus do céu! Eu liguei para ela! Ah, eu liguei. Tive a pachorra de ligar! Porque achei um disparate, Romanelli. Às 3 horas da manhã! Liguei e gravei: *Escuta aqui, o que a senhora está fazendo? A senhora não sabe que nós descansamos?* Ela disse assim: *É que cheguei agora de viagem, aí o pessoal da APP-Sindicato está orientando a ligar para vocês.* Ah, que novidade! *Mas a senhora leu o Projeto? Não, não li.* Ah, a senhora não leu o Projeto? Quero dizer para vocês que tenho isto gravado, Deputada Ana Júlia. Tenho gravada essa conversa. A APP-Sindicato orientou, passou todos os nossos números, o que acho que é uma baita de uma falta de respeito com todos os colegas. Vêm falar em disparo em massa? Pelo amor de Deus! Alto lá, gente! Eu não faria isso com um colega, não colocaria o rosto de um colega em uma publicação. Deixem as pessoas falar, não precisa eu colocar! E teve colega aqui que colocou, colegas aqui, nas suas páginas, ofendendo a nossa boa relação aqui. Jamais - assumo

este compromisso - vou colocar o rosto de um colega aqui em uma publicação minha de forma negativa. Não faço isso porque acho que é um desrespeito, desrespeito que aconteceu aqui na nossa Casa. E, olha, vamos ter outros acontecimentos aqui pela frente.

Deputado Gugu Bueno (PSD): Um aparte, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pois não.

Deputado Gugu Bueno (PSD): Nosso Líder, quero cumprimentá-lo pela sua determinação, pela sua firmeza, pela coragem com que conduz todos os processos, pela sua lealdade e pela sua verdade. Quero também aproveitar e parabenizar a fala do Deputado Nelson Justus, que iria pedir um aparte para ele, mas não deu tempo. O Nelson, a fala dele é sempre uma fala muito pontual, muito coerente e ele fez uma reflexão muito bem colocada sobre os motivos do voto. E ouvi também atentamente a nossa querida Deputada Ana Júlia e não posso deixar de expressar aqui a minha opinião sobre a sua fala. Ela disse maneira muito clara que não foi o corporativismo que movimentou a pauta daquela maneira. Talvez não tenha sido mesmo, Deputado Hussein! O que movimentou toda aquela pauta, aquela confusão foram as *fake news*, as *fake news* que disseram que estávamos vendendo as escolas do Paraná, as *fake news* dizendo que os alunos teriam que pagar mensalidade nas escolas do Paraná, as *fake news* dizendo que os professores seriam mandados embora, as *fake news* dizendo que os professores receberiam um salário menor do que recebem hoje. É óbvio que tanta e tanta *fake news*, essa indústria da *fake news* causou tudo aquilo que vimos na semana passada. Aquilo não foi do nada! As pessoas estavam... Retirando as más intencionadas, as que vieram para confusão mesmo, vamos pensar naquela meia dúzia que estava ali para se manifestar. Eles estavam contaminados pelas *fake news*, estavam lutando desesperados, mas lutando não contra o Projeto, lutando por causa das *fake news*. Então de fato isso é importante dizer, foi uma batalha dura que V.Ex.^a conduziu a base de sustentação nesta Casa, mas, principalmente, a dureza dessa batalha foi porque foi uma luta contra as *fake news*, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito obrigado. Agora há pouco estava com a Deputada Márcia Huçulak e não sei qual canal de comunicação que estávamos vendo, mas uma declaração do Presidente Lula de agora à tarde, agora, nem ele aguenta mais sindicato. Imaginem nós. Imaginem nós! Esses caras: *Olha, companheiro, o Brasil está cheio de dirigente que é corajoso para fazer greve, mas para terminar não tem ninguém.* O Presidente Lula, com todo o respeito, acabou de falar agora, por conta da greve federal. Acabou! Acabou de declarar. E respeito a palavra dele e acho que ele está certo, porque ninguém aguenta trabalhar com isso. Agora, o Presidente Lula acabou de falar que ninguém mais aguenta esse comportamento. Para começar é fácil! Aliás, para falar de greve, tenho algumas imagens guardadas, e uma delas me chamou atenção, um rapazinho barbudinho, por coincidência, começou a provocar um policial aqui na frente e o policial na dele... Aliás, quero parabenizar a polícia e a nossa segurança. Souberam aguentar! Aí o cara chegou nele, olha, no máximo... Não sei se eu aguentaria! Apesar de que sou baixinho, não bato nada! Passou a mão no queixo, começou a passar a mão no queixo do policial! O policial, impassivo, deixou ele fazer isso, e vocês viram o que aconteceu aqui dentro. Agora, quero lançar um desafio aqui. O mais importante ninguém está falando! O Projeto já passou. O Projeto já passou, beleza! Agora tem 200 escolas selecionadas e já definidas como 200 escolas. Meu amigo, ninguém está falando disso mais! Quem vai decidir é a comunidade escolar. Pronto! Valorizem isso. Valorizem isso! Ou não é democrático isso? Quem vai decidir é o pai, é o aluno com mais de 18 anos, quem vai decidir é o professor, quem vai decidir é o cara que trabalha na escola. Então, gente, pelo amor de Deus, é muito simples, é só chegar lá e fazer a conscientização. *Ah, porque a maioria dos diretores estão contra.* Só quero daqui a pouco finalizar, tenho uma informação que chegou agora para mim sobre a questão do sigilo. Alguns acreditam, outros não, mas ela é oficial. O Decreto n.^º 10.285/2014 estabelece que todos os órgãos do Estado devem publicar, até 1.^º de junho de cada ano, o rol de informações sobre sigilo. Este projeto nada tem a ver com sigilo, até porque que contrato que foi feito? O que tem para ter sigilo? Nada! Só tem o projeto que votamos, não tem nada consignado. Eu garanto para vocês,

garanto, e estou à disposição, podem solicitar as informação da Seed e qualquer outra Secretaria da forma que quiser, aqui, através de Requerimento ou através da Lei de Acesso à Informação. Portanto, cai por terra qualquer questão relativamente a essa do sigilo. Eu quero aqui, também, dar algumas informações sobre diretores, informações importantes. Gente, vamos lá, conversei até com a Deputada Mabel no sábado. Existem algumas regras e regulamentos que eles não podem ser ultrapassados, não é? Em relação aos diretores, foram afastadas três diretoras do Núcleo de Ponta Grossa e Loanda e uma de Foz do Iguaçu. Prestem atenção no que eu vou falar. Todas ocorreram em instituições em que foi descumprido às atribuições legais dos diretores da rede estadual. Eles descumpriram a sua obrigação, gente! Ou você acha que é só no Paraná que é assim? É em qualquer lugar. Nas ocorrências, as diretoras vedaram a participação de estudantes às aulas. Repito: elas vedaram comprovadamente a participação dos estudantes nas aulas. Elas não permitiram a participação dos estudantes nas aulas. Isso evidentemente que já enseja um afastamento. Já no município de Castro, Deputado Fadel, existe um caso em que a diretora dispensou alegando que o Núcleo é que mandou. Na ausência da servidora, foi estruturado o atendimento, tal, tal, tal. Bom, mas o fato concreto é que houve essa questão. Jamais, repito aqui, jamais por alguma diretora ter emitido sua opinião. Jamais! Nós vivemos em um País livre e democrático. Agora, é preciso respeitar as regras. É preciso minimamente respeitar o que prevê a função de um diretor. É isso. Só isso. Não tem perseguição a ninguém, até porque todas elas terão o devido processo legal, poderão fazer a sua defesa, inclusive... Pedi alguém? Deputada?

Deputada Mabel Canto (PSDB): Deputado Hussein, primeiramente, quero lhe agradecer, que me atendeu na última semana para falar sobre o caso lá da diretora Carmem. Com o devido respeito a tudo que o senhor está colocando, nós lá de Ponta Grossa, ainda assim, gostaríamos de pedir que a Seed pudesse reverter essa decisão, porque, infelizmente, acaba de fato parecendo uma perseguição, Deputado Hussein, porque acabamos de votar o Projeto ali. Eu respeito todos que votaram, seja a favor ou contra, cada um tem sua opinião, mas se a Seed pudesse rever esse posicionamento. Lá em Ponta Grossa, por

exemplo, é uma diretora, como eu lhe disse, muito querida por todo mundo, a diretora Carmem. Então, é um pedido que lhe faço mais uma vez. Sei que o senhor tem limites também, mas lhe agradeço... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só para encerrar, quero agradecer a sua intervenção. Evidentemente que levarei o pleito até o Secretário Roni. Obrigado.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, posso pela ordem?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Queria agradecer só a Deputada Maria Victoria pelas palavras, pela explicação, também V.Ex.^a, mas não insinuei sequer, Presidente, que havia uma indicação por parte dos Deputados de uma creche ou outra. O pedido que faço a V.Ex.^a, enquanto Presidente desta Casa, e também que seja o protocolo sempre seguido, é que todos os Parlamentares sejam devidamente convidados quando houver um repasse de recursos da Assembleia em ações com o Poder Executivo ou outros. Então, só para fazer este registro e, também, colocar aqui esta palavra de agradecimento à Deputada Maria Victoria.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O convite normalmente vem da própria Casa Civil, não é a Assembleia que promove o convite. Então, também não tenho como lhe dar aí mais explicações, mas quero falar aqui para todos os Deputados e Deputadas como Presidente da Casa. Olha, com o devido respeito à Bancada de Oposição, jamais faremos algo que possa macular a imagem de Deputados de Oposição, porque entendemos que o contraponto sempre é importante na democracia. Agora, como Presidente da Casa, vou externar aqui minha posição. Sei o quanto é difícil se contornar uma situação como nós vivemos aqui. Deputados preocupados, todos têm família, têm medo. Vamos receber um relatório entre hoje e amanhã, no máximo quarta-feira, com imagens feitas e, doa a quem doer, de nossa parte, aqueles que foram os responsáveis por essa invasão serão responsabilizados com certeza, como já

afirmei inúmeras vezes. Se vale o 8 de janeiro em Brasília, vai valer aqui no Paraná também a mesma Lei. Então, estou aguardando informações do Serviço de Inteligência que aqui esteve durante esse tempo e vamos encaminhar para as devidas providências, doa a quem doer, criminalmente inclusive. Não estou atacando nenhum Deputado, porque tenho certeza de que não estenderá nada aos Sr.^s Deputados, mas as pessoas que vieram para o tumulto serão responsabilizadas. Registro a presença do Prefeito de Itaúna do Sul, Sr. Gilson José de Góis, e do Vereador João Paulo; e do Vereador de Tamboara, Sr. Maycon, por solicitação do Deputado Adriano José. Sejam bem-vindos.

Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fábio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcelo Rangel (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Maria Victória (PP), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhrer e Tiago Amaral (PSD) (UNIÃO) (51 Parlamentares); Deputados ausentes

sem justificativa: Doutor Antenor (PT), Marcio Pacheco (REP) e Marli Paulino (SD) (3 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.^º 353/2024**, do Deputado Evandro Araújo, que estabelece diretrizes para incentivo ao serviço de radiodifusão comunitária no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.^º 354/2024**, do Deputado Soldado Adriano José, que concede o título de utilidade pública à Associação Esportiva de Astorga – AEA; **Autuado sob o n.^º 355/2024**, da Deputada Cristina Silvestri, que concede o título de utilidade pública à Sociedade de Proteção aos Animais de Guarapuava; **Autuado sob o n.^º 356/2024**, da Deputada Cristina Silvestri, que concede o título de utilidade pública à Associação Prudentopolitana de Apicultores e Meliponicultores (APAM) Prudentópolis; **Autuado sob o n.^º 357/2024**, da Deputada Cloara Pinheiro, que concede o título de utilidade pública à Cooperativa de Trabalho Santo de Reciclagem de Cambé – COSAREC, com sede no município de Cambé; **Autuado sob o n.^º 358/2024**, do Deputado Delegado Jacovós, que denomina Dr. Gustavo Dante da Silva a 17.^a Divisão Policial de Apucarana; **Autuado sob o n.^º 359/2024**, do Deputado Douglas Fabrício, que altera a Lei n.^º 8.314, de 29 de setembro de 2010, que declara de utilidade pública o Lar dos Velhinhos Frederico Ozanam, com sede no município de Campo Mourão; **Autuado sob o n.^º 361/2024**, do Deputado Cobra Repórter, que institui o Programa Estadual de Educação Digital Consciente, voltado à comunidade escolar, com vista a desenvolver cidadania digital no uso ético, saudável e seguro de tecnologias digitais de informação e comunicação.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Os Itens 1 a 12 faremos votação simbólica, por serem agrupadas. Consulto os Sr.^s Líderes se podemos fazer votação simbólica, por serem matérias idênticas?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Sim.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputados da Oposição, podemos fazer votação simbólica? Deputado Arilson? Ok? Então, os Itens 1 a 12.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 561/2023, de autoria do Deputado Fabio Oliveira, que concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Zoe para defesa da cidadania, inclusão social, esporte, saúde, educação e ambiente. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 935/2023, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de Utilidade Pública ao Instituto Pró-Restinga, com sede no município de Pontal do Paraná. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 1051/2023, de autoria do Deputado Marcel Micheletto, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Programa Oeste em Desenvolvimento, com sede no município de Cascavel. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 161/2024, de autoria do Deputado Bazana, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Esportiva e Recreativa Seleto, com sede no município de Paranaguá. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 166/2024, de autoria do Deputado Marcel Micheletto, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF do Colégio Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco, no município de Jesuítas. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 167/2024, de autoria do Deputado Gilson de Souza, que concede o título de Utilidade Pública Ao Centro Terapêutico Hadash, com sede no município de Bocaiúva do Sul. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 168/2024, de autoria do Deputado Gilson de Souza, que concede o título de Utilidade Pública ao Centro de

Assistência Social Esperança – Case, com sede no município de Paranaguá. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 173/2024, de autoria do Deputado Bazana, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Amigos da Maria Fernanda, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 176/2024, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Esportiva Independente de MoutainBikede Manoel Ribas - PR, com sede no município de Manoel Ribas. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 195/2024, de autoria do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Defesa dos Animais de São João - SOS Animais, com sede no município de São João. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 11 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 234/2024, de autoria do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Handebol de Mariluz- AHM, com sede no Município de Mariluz. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 12 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 255/2024, de autoria do Deputado Gilson de Souza, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Nadar Colombo, com sede no município de Colombo Paraná. Parecer favorável da CCJ.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados**.

ITEM 13 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 266/2024, de autoria dos Deputados Cantora Mara Lima, Tercílio Turini, Maria Victoria e Marcia Huçulak, que institui o Junho Roxo, mês dedicado à conscientização e à prevenção do Lipedema. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Presidente, é a Cristina Silvestri, voto “sim”. Não está abrindo o meu aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada, fizemos votação simbólica. Então, todos votaram favoravelmente.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Não. O treze.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda não anunciamos o resultado. Registro aqui também a presença do Presidente da Câmara de Santa Terezinha de Itaipu, Valdir Sauthier, da 1.^a Secretária, Isoldi Schafer, e dos Vereadores Claudiomiro Schutz e Mauro Celso Veiga de Oliveira, convidados desta Presidência, que há 20 anos me apoiam naquela linda cidade.

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pastor Gilson, *pela ordem*. Senhores Deputados, vamos votar agora o Item 13.

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Enquanto os Deputados estão votando. Apenas para, em nome da Frente Parlamentar em Apoio às Comunidades Terapêuticas, Cuidados e Prevenção às Drogas, convidar todos os Deputados e Deputadas para um evento que teremos no dia 12, quarta-feira, às 18 horas, aqui nesta Casa, o primeiro encontro estadual de acolhidos e familiares atendidos em comunidades terapêuticas. Então, em nome da nossa Frente Parlamentar, convidamos a todos Deputados e Deputadas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados Alisson Wandscheer, Ana Júlia, Anibelli, Arilson, Batatinha, Denian Couto, Fabio Oliveira, Flávia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ricardo Arruda, Soldado Adriano, Tercilio Turini e Tiago Amaral, vamos votar. Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra,*

Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (48 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Dr. Antenor, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho e Nelson Justus (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 266/2024.

ITEM 14 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 858/2023, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que institui o Dia Estadual dos Legendários do Paraná, objetivando a valorização e conscientização do movimento e de seus membros na promoção da superação, do autoconhecimento e da transformação de pessoas através da fé. Parecer favorável da CCJ. Emenda da CCJ. Consulto o Deputado Cobra Repórter se quer encaminhar e se ele já participou desse movimento legendário, que fica três dias subindo morro, descendo morro, mostrando a sua fé e a sua força na crença.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, nunca participei, mas tenho conhecimento. É um baita trabalho o que essas pessoas fazem. E esta Casa tem mais que o dever de fazer um Projeto de Lei porque, realmente, o trabalho que eles fazem é fantástico. Serve de exemplo para outras entidades, inclusive.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Fabio.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Quero primeiramente agradecer e congratular o Deputado Cobra por essa iniciativa. Como legendário e sendo participante desse grupo, me sinto muito honrado com a homenagem que o Deputado Cobra fez. E quero aqui de Plenário agradecer a sua iniciativa.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Amaro, para encaminhar.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): É um projeto muito importante. Quero parabenizar o Deputado Cobra, que tem um assessor que faz parte desse projeto legendário, como o Fabio, como alguns assessores meus, um projeto que faz uma transformação muito grande no interior das pessoas. Então, queremos também pedir o voto “sim” para todos os Parlamentares.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Ney, por favor.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Enquanto os Deputados votam, gostaria de fazer um convite. Fui incumbido de fazer um convite para os Deputados que estiverem em Brasília, na próxima quarta-feira, e que atuam na área da infância, às 16h30, do dia 12, agora quarta, audiência pública com um tema importantíssimo na Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado da Câmara Federal: Abuso e Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Tem vários projetos que estão também na nossa pauta, aqui da Assembleia, que são semelhantes a esses que serão debatidos em Brasília na próxima quarta. Portanto, fica o convite a todos, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, por favor, vamos votar. Deputados Alexandre, Alisson, Ana Júlia, Anibelli, Arilson, Artagão, Cantora Mara Lima, Delegado Jacovós, Do Carmo, Gilberto Ribeiro, Goura, Luciana Rafagnin, Luís Corti, Maria Victoria, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Renato Freitas, Requião Filho, Soldado Adriano e Tiago Amaral.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente, enquanto os Deputados votam, só queria informar aos Deputados participantes da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação e Ensino Superior que teremos uma reunião logo após a Sessão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Luís Corti, seu voto ainda não está contabilizado aqui, não sei se vai votar ou não. Votação

encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Gilberto Ribeiro, Goura, Luciana Rafagnin, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Nelson Justus, Renato Freitas, Requião Filho, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 858/2023.**

ITEM 15 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 117/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 12/2024, que altera dispositivo da Lei n.º 20.743, de 5 de outubro de 2021, que instituiu o programa de recuperação dos ativos e créditos oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, resultantes da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra,

Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Dr. Antenor, Gilberto Ribeiro, Goura, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Nelson Justus, Paulo Gomes, Requião Filho, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 117/2024.

ITEM 16 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 301/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 30/2024, que altera dispositivos da Lei n.^º 15.211, de 17 de julho de 2006, que institui o Paranacidade. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença do Prefeito de Guarapuava, Celso Góes, por solicitação do Deputado Fabio Oliveira. Seja bem-vindo, Prefeito.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Tercilio.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Na verdade, para um comunicado, um convite aos Sr.^s Deputados e Deputadas, que amanhã teremos a prestação de contas da saúde do primeiro quadrimestre deste ano. Vai ser às 9 horas, na sala da CCJ. Então, fica o convite a todos os Deputados para participarem. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, na verdade era para eu ter usado o horário da Liderança do PSD, mas queria só fazer um

registro aqui importante de saudação à gestão do Prefeito de Curitiba Rafael Greca, que ontem inaugurou uma das obras mais complexas já realizadas na capital, que foi justamente uma trincheira com 12 pistas na região do Atuba e resolve um grande problema de ligação entre Colombo, Maracanã, enfim, Campina Grande do Sul, Quatro Barras. Na verdade, estava lá com a Deputada Márcia Huçulak, a Deputada Maria Victoria, representando, nós três, a Assembleia Legislativa, nós três e mais o Deputado Alexandre Curi. Aliás, temos a honra de representar a Prefeitura de Curitiba junto ao Governo do Estado, mas o fato concreto é que é uma obra magnífica que foi entregue à comunidade. E só podemos registrar com alegria e satisfação de que toda equipe técnica da Prefeitura, a Câmara de Vereadores que apoiou sempre essa obra, e, ao mesmo tempo, sob a liderança do Prefeito Greca, do Vice-Prefeito Eduardo Pimental. Ou seja, um momento importante que a cidade vive, porque é a conclusão da Linha Verde, a obra mais complexa que tínhamos para realizar. Ainda faltam as estações-tubo, porque agora tem obras complementares, mas o sistema viário está plenamente funcionando e resolvido. Essa é uma grande conquista para a Capital e para a Região Metropolitana de Curitiba. Minha saudação aqui, meus cumprimentos ao Prefeito Greca.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Só para colocar que essa obra da Linha Verde também é oriunda em sua parte do PAC 2, dos governos Lula e Dilma, dinheiro também do Governo Federal pela Caixa Econômica. É importante deixar o registro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Consulto o Vice-Líder do Governo se vai votar favoravelmente ao Projeto do Governo? Deputado Corti, seu voto. Deputado Douglas. Estou encerrando a votação, Sr.^s Deputados. Votação encerrada. Deputado Corti, vota “sim”?

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacobós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Dr. Antenor, Gilberto Ribeiro, Goura, Luis Corti, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Nelson Justus, Ney Leprevost, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 301/2024. Trinta e nove votos, com o voto do Deputado Corti. Está aprovado o Projeto.**

ITEM 17 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 343/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 34/2024, que aprova crédito adicional especial, alterando o vigente orçamento fiscal do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”. Peço a todos neste Projeto importante, neste remanejamento.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição também vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, enquanto ocorre a votação, pela ordem. Quero manifestar convite aos membros que compõem a Frente Parlamentar da Habitação e Regularização Fundiária – 12 membros –, para que

se façam presentes na Sala Arnaldo Busato, tão logo finde esta Sessão, para instalação da Frente Parlamentar da Habitação e da Regularização Fundiária. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacobós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Nelson Justus, Ney Leprevost, Requião Filho, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 343/2024.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Temos três Requerimentos adiados: Requerimento n.^º 1402/2024, do Deputado Renato Freitas, adiado de Sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Diretor de Segurança Penitenciária do DEPPEN, Sr. João Paulo Schlemper, a fim de fomentar a efetiva aplicação dos planos estadual e nacional de segurança pública e defesa social no que se refere ao eixo do sistema prisional; **Requerimento n.^º 1403/2024,** do Deputado Renato Freitas, adiado de Sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Saúde, Sr. Carlos Alberto Gebrim Preto, a fim de fomentar a efetiva implementação da

Resolução n.^o 487 do CNJ; e **Requerimento n.^o 1404/2024**, da Deputada Mabel Canto, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário da Educação acerca de motivação para o cancelamento do Curso Subsequente e Nutrição e Dietética ofertada pelo Centro Estadual de Educação Profissional - CEEP – PG.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Acho que não foi adiado, Presidente. Todos como envio de Expediente. Foi combinado com o Deputado...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Mabel também como envio de Expediente?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Da mesma forma. Combinado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, serão encaminhados como envio de expediente.

Deputado Hussein, temos aqui outro **Requerimento n.^o 1479/2024**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o envio de informações ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, conforme específica. É como Expediente também?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, será encaminhado como envio de expediente.

E o **Requerimento n.^o 1468/2024**, dos Deputados Ana Júlia, Arilson Chiorato, Doutor Antenor, Goura, Professor Lemos, Renato Fretas, Requião Filho e Luciana Rafagnin, requerendo a convocação do Secretário da Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, conforme específica.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Para discutir esse, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adia-se na forma regimental.

Requerimento n.º 1473/2024, do Deputado Paulo Gomes, requerendo a prorrogação por até 15 dias da apresentação do Parecer ao Projeto de Lei n.º 1055/2023. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 1472/2024, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei em segunda discussão na Ordem do Dia. Da mesma forma, os Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1440/2024, dos Deputados Cantora Mara Lima e Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos Pastores e Lideranças Evangélicas do Paraná, Pastor Edonias Luiz dos Santos e Evangelista Neivaldo Moreira da Costa, por dedicarem suas vidas pregando a palavra de Deus em seus ministérios; **Requerimentos n.os 1441 a 1447, 1451, 1453, 1457, 1459, 1461, 1474 a 1478 e 1480/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Carlópolis; Jacarezinho; Godoy Moreira; Tapejara; Bocaiúva do Sul; Palmas; Maringá; Lidianópolis, 34 anos; Sertanópolis, 90 anos; Foz do Iguaçu, 110 anos; Ivaí, 63 anos; Anahy, 31 anos; Ibema, 35 anos; Lindoeste, 35 anos; Matinhos, 57 anos; Lapa, 255 anos; Santa Tereza do Oeste, 35 anos; e Quitandinha, 63 anos; **Requerimentos n.os 1448 e 1449/2024**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de menção honrosa: à jovem Isabel Veloso, por sua luta pela vida e conscientização da Importância dos Cuidados Paliativos no Paraná; ao Sargento José Alvir Pereira, pelo relevante trabalho como primeiro telegrafista no município de Pato Branco; **Requerimentos n.os 1454 a 1456/2024**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: ao Sr. Alex Rosa e à Sr.a Célia Souza, pelos serviços prestados ao município de

Arapongas; à Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Jaguapitã, pelos 83 anos; e ao Sr. Valdecir da Silva Chaves, pelos serviços prestados ao município de Jaguapitã; **Requerimento n.º 1458/2024**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mos} Sr.^s Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística do Paraná, Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná e Diretor-Geral do DER/PR, requerendo providências urgentes para a instalação de iluminação e monitoramento por câmeras nas passarelas de pedestres que cruzam rodovias estaduais no município de Londrina e região, garantindo maior segurança à população; **Requerimento n.º 1460/2024**, da Deputada Márcia Huçulak, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos nomes relacionados, pelos serviços prestados à Saúde Pública; **Requerimento n.º 1462/2024**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de votos de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Jairo Alairso Heinemann, ocorrido no dia 5 de junho; **Requerimento n.º 1463/2024**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o envio de votos de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. José Clairton Santana de Oliveira; **Requerimentos n.ºs 1464, 1481 e 1482/2024**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de menção honrosa: ao Sr. Luan Pereira Galdino, renomado cantor brasileiro, em reconhecimento à valorosa contribuição artística e cultural, que fortalecem o Cenário da Música Sertaneja no Estado do Paraná; ao Sr. Celso Melchiades, bombeiro civil e Presidente da Associação Focolonfrina; e à Sr.^a Dra. Andréa Viana, advogada, Diretora do Instiemerc e Assessoria Jurídica da Associação Focolonfrina; **Requerimento n.º 1465/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de expediente ao Governado do Estado, requerendo a liberação de recursos financeiros emergenciais para a reconstrução do pavilhão que foi destruído pelo incêndio nas instalações do Ceasa - Curitiba, bem como a abertura de crédito emergencial pelas instituições financeiras do Governo, para atender os comerciantes que tiveram enormes prejuízos com o incêndio ocorrido; **Requerimentos n.ºs 1466 e 1467/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Curitiba, requerendo informações: referente à quantidade de leitos disponibilizados pela Rede de Saúde Municipal

destinadas a pacientes que possuam doenças relacionadas a Saúde Mental; sobre a quantidade de Centros Dia em funcionamento em Curitiba, bem como sua localização e capacidade de atendimento; **Requerimento n.os 1469 a 1471/2024**, do Deputado Alisson Wandscheer, solicitando o envio de votos de louvor e aplausos: à Associação Eliane Futsal, no município de Campo Mourão; à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Mourão; à Casa de passagem São Bento José Labre, no município de Campo Mourão.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1450/2024**, do Deputado Thiago Bührer, solicitando a autorização parse ausentar do País no período de 3 a 9 de junho de 2024, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1452/2024**, do Deputado Gilberto Ribeiro, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 3 e 4 de junho de 2024.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputada Luciana.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Só para comunicar a todos os Deputados que compõem o Bloco da Agricultura Familiar que teremos uma reunião agora, terminando a Sessão, na sala da Oposição. Então, todos os Deputados que compõem o Bloco da Agricultura Familiar estão convidados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas **Sessões Ordinárias** para o dia de amanhã, 11 de junho de 2024, à hora regimental, a Sessão Ordinária normal de terça-feira e a Sessão Ordinária antecipada de quarta-feira, com as seguintes **Ordens do Dia:** 1.^a **Sessão Ordinária** - 2.^a Discussão dos Projetos de

Lei n.^ºs 41/2020, 858/2023, 117/2024, 266/2024, 301/2024 e 343/2024 e 1.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^º 5/2024 e dos Projetos de Lei n.^ºs 519/2020, 142/2023, 461/2023, 463/2023, 588/2023, 160/2024, 238/2024, 257/2024, 269/2024 e 291/2024 e do Projeto de Decreto Legislativo n.^º 3/2024; **Sessão Ordinária antecipada de quarta-feira** - 3.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^ºs 41/2020, 858/2023 e 266/2024, 2.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^º 5/2024 e dos Projetos de Lei n.^ºs 519/2020, 142/2023, 461/2023, 463/2023, 588/2023, 160/2024, 238/2024, 257/2024, 269/2024 e 291/2024 e do Projeto de Decreto Legislativo n.^º 3/2024 e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^ºs 538/2023, 593/2023 e 183/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h36, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)